

OS PARTIDOS POLÍTICOS EM MINAS GERAIS*

ORLANDO M. CARVALHO**

1. Delimitação do tema
2. O que havia em 1945
3. Os partidos nacionais e o bipartidarismo local
4. A distribuição das forças
5. Classificação econômica dos partidos principais
6. Os partidos no centro em Minas Gerais e no Brasil
7. A desarticulação das oligarquias
8. Conclusões: perspectivas do futuro próximo
9. Reforma de base dos partidos centristas

1. DELIMITAÇÃO DO TEMA

Na presente exposição, pretendo tecer comentários a respeito dos partidos políticos de Minas Gerais, a partir de 1945, sob o ponto de vista da sociologia eleitoral. A delimitação do tema se prende à escassez de material cientificamente elaborado que sirva de base à pesquisa aprofundada dos problemas sugeridos pelo exame da vida partidista em nosso Estado.

* Exposição feita no II Seminário de Estudos Mineiros, promovido pela Reitoria da Universidade de Minas Gerais, em 1956 e Publicado na Edição número 2, da RBEP em julho de 1957.

** Foi Reitor da UFMG (1961-1964), Professor da Faculdade de Direito da UFMG e Fundador da Revista Brasileira de Estudos Políticos

A sociologia eleitoral, entre nós, está em fase pré-histórica. A respeito de áreas determinadas, há os estudos do prof. Aziz Simão sobre o voto operário em São Paulo, sepultados nos Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia; e as pesquisas por mim feitas sobre a estrutura ocupacional das chefias políticas de Minas, publicadas em resumo e sepultadas também a *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*. Tenho notícias de investigação do prof. Abelardo F. Montenegro, da Universidade do Ceará, sobre os partidos daquele Estado; do prof. Amaro Quintas, da Universidade do Recife, sobre problemas de partidos em municípios pernambucanos; e é só. É possível que outros estudiosos tenham preparado análises ainda não divulgadas, ou comunicadas somente a grupos restritos, o que as trona inaproveitáveis.

No estrangeiros, o jovem Jean Blondel divulgou na *Revue Française de Ciência Polemique* parte de sua tese sobre “Estruturas políticas e comportamento eleitoral no Estado de Paraíba”.

Finalmente, o instituto de Direito Público e Ciências Políticas da Fundação Getulio Vargas publicou recentemente os resultados do seminário sobre “Sistemas Eleitorais e Partidos Políticos”, no qual se resumem experiências valiosas de homens públicos, cujo depoimento constitui importante fonte de informação.

Falta-nos porem, aquele acervo de dados regionais que permita síntese nacional e, mesmo para áreas determinadas, é falha a documentação existente.

Semelhante balanço nos autoriza a advertir o leitor sobre o precário das conclusões e os limites da perspectiva. Além disso, como não pretendemos fazer história, mas sociologia, vamos analisar problemas do presente, o que torna o tema ainda mais delicados e sujeito a apreciações insuficientes, em razão de fatores pessoais. De qualquer forma, porém apesar de trabalho pioneiro, deve ser tentado porque é indispensável promover a consolidação de conhecimentos sobre os partidos. Vivemos em uma democracia representativa e pluripartidista, na conformidade dos artigos 1º,

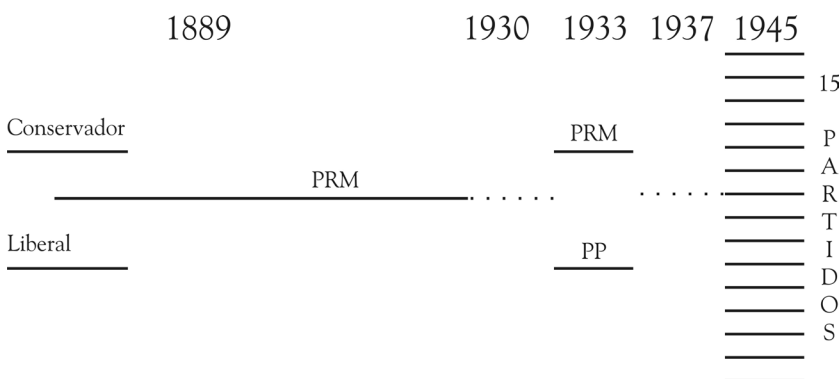
131 e 141, § 13, da Constituição, e esse pressuposto constitucional impõe o conhecimento exato daquelas organizações através das quais se processa a divisão do povo em agremiações partidistas e se escolhem os representantes.

2. O QUE HAVIA EM 1945

O decreto-lei nº 7586, de 28 de maio de 1945, instituiu os partidos nacionais. São o resultado de ponderação de conveniências, pois, neste terreno, não há regra jurídica a obedecer senão problemas de prudência política. Quiseram os planejadores da nova fase da vida publica brasileira que é à base de atividade do eleitorado repousar-se sobre instituições uniformemente organizadas em todo o território nacional. Foi plano de projeto que provavelmente correspondeu a preocupações justificadas dos estadistas que o elaboraram, mas não teve em mira legalizar fato político preexistente.

O que havia em Minas, em 1945?

O eleitorado fora dominado, no império, por dois partidos: conservador e liberal. De 1889 a 1930, houve um só partido – o PRM. Constituiu tal fato peculiaridade brasileira, sem ser antecipação do “partido único” contemporâneo. De 1930 a 1945, com um intervalo curto de quatro anos, em que o eleitorado se dividiu em PRM e PP, não houve partido em Minas. De 1945 em diante, o eleitorado se fracionou entre quinze partidos nacionais.

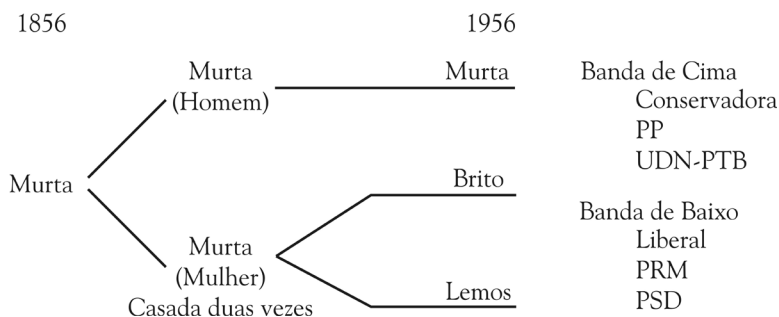


O esquema da situação do eleitorado em face dos partidos revela, na singeleza das vistas panorâmicas, a singularidade é provavelmente a artificialidade das sucessivas leis eleitorais, que recobriam sempre a mesma realidade com planos diferentes.

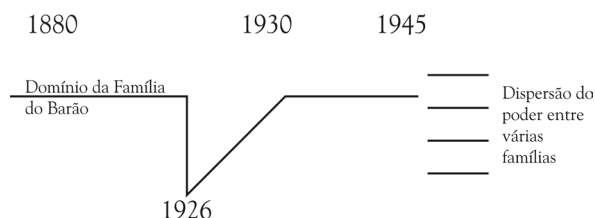
Como o problema que nos interessa é o do exercício afetivo do poder político, vamos ver como se processava a sua localização.

A tradição registrada por numerosos documentos valiosos é a de que, em Minas, a regra, até 1930, foi a existência nas comunidades locais de duas facções aglomeradas em torno de grandes famílias. No município a luta era acirrada e, por vezes, violenta, marcada de episódios dramáticos, que acentuava a divisão. Nas campanhas eleitorais, surgiam críticas, caricaturas e apelidos, que permaneciam. Vejamos alguns desses apelidos. Passos: patos e perus; Lavras: gaviões e rolinhas; Alfenas: besouros e marimbondos; Itapecerica: tarecos e papeatas; Januária: luzeiros e escureiros; Guaranésias: peludos e pelados. Neste último município, até hoje os resultados eleitorais se fazem anunciar como sendo de “peludos” e “pelados” e não dos partidos nacionais tais ou quais. Há ali também o ditado: “homem peludo não deve casar-se com mulher pelada”.

Pesquisas recentes, levadas a efeito por universitários mineiros, revelam a permanência dessa estrutura social. Luiz Silva, da Faculdade de Filosofia da UFMG, estudou a composição da liderança em Cachoeira do Campo e apurou que a chefia política local está, desde o império, nas mãos de dois grupos de famílias.



Carlos Elói de Carvalho Guimarães da Faculdade de Direito da UMG, estudou a evolução políticas de Dorés do Indaiá e verificou ter havido ali o predomínio continuado de uma só família – a do barão do Indaiá – da data da criação do município, em 1880, até 1945, quando o poder se dispersou.



A regra, no século XX, é as duas facções degladiarem-se em torno do poder municipal, em lutas memoráveis, mas serem governistas para todos os assuntos exteriores ao município: apoiavam ambas o mesmo governador, com o objetivo prudente de evitar que o Executivo nomeasse autoridades policiais, fiscais, educacionais ou sanitaristas destinadas a fortalecer o grupo adversário. Assim, encontramos de novo outra singularidade brasileira: facções inimigas, por vezes, irreconciliáveis na eleição local, que se unem na eleições de nível estadual ou federal.

Semelhante organização política se explicaria talvez pela formação dos núcleos de povoamento no extenso território. Eram ilhas isoladas, cuja vida se desdobrava em torno de interesses locais. O progressivo adensamento da população não modificou fundamentalmente a estrutura social, onde predominavam os proprietários das culturas e os criadores de gados. Ainda em 1940 era essa composição ocupacional da população mineira ativa, acima de dez anos:

Agricultura e pecuária	82%
Comércio, transportes e comunicações	7%
Indústria de transformação	6%
Indústria extrativa	3%
Profissões liberais, culto e administração privada.....	2%

3. OS PARTIDOS NACIONAIS E OS BIPARTIDISMO LOCAL

Em 1945, os partidos nacionais se organizaram com esses mesmos elementos. A princípio, a estrutura anterior deformou o sentido nacional das agremiações para, depois, ceder pouco a pouco e apresentar indícios de transformação.

A história da fundação do PSD em Minas através Das publicações do “Minas Gerais”, oferece informação indispensável para acompanhar esse processo de adaptação dos partidos nacionais aos quadros locais. Em fim de março de 1945, o interventor em Minas ordenou aos prefeitos nomeados que viessem a Belo Horizonte, acompanhado de cinco a dez pessoas de influencia no município. A oito de abril assinaram a ata de fundação do PSB 5400 pessoas, da quais 4480 mencionaram as respectivas profissões. Esse grupo constituía o núcleo dos principais chefes políticos locais, muitos dos quais vieram a capital observar os acontecimentos e não se sentiram obrigados a manter os compromissos decorrentes de suas assinaturas nas atas inaugurais do novo partido. O estudo do destino posterior dos membros das comitativas fundadoras do PSB é muito expressivo, pois mostra que prevaleceu o espírito da facção local em parte considerável dos seus componentes. Refeitos quadros partidistas, as varias facções vieram a se inspirar de novo as lutas locais e os chefes passavam de um partido para o outro sem dificuldades, em função das manobras no município.

Três casos exemplificarão com mais clareza.

MUNICIPIO A (TRIÂNGULO)

	1947	1950	1954
Membos da comitativa do PSD	Candidatos a prefeito	Candidatos a prefeito	Candidatos a prefeito
1	2 (UDN)	- (UDN)	3 (PSD)
2	1 (PSD)	1 (PSD)	-
3			

Candidatos a vice-prefeito	Candidatos a vice-prefeito	Candidatos a vice-prefeito
-	3 (PPS)	-
-	-	-

MUNICIPIO B (MATA)

	1947	1950	1954
Membros	Prefeitura e vice-prefeitura	Prefeitura e vice-prefeitura	Prefeitura e vice-prefeitura
1	3 (UDN)	6 (UDN)	3 (UDN)
2	4 (PSP)	-	-
3			
4			
5	6 (UDN)	-	-
6	5 (PSP)	2 (PSD)	-

MUNICIPIO C (OESTE)

	1947	1950	1954
1	- (UDN)	- (UDN)	1 (PSD)
2	1 (PSD)	1 (PSD)	- (UDN)
3			
4	- (UDN)	2 (UDN)	4 (PTB)
	4 (PSD)	4 (PTB)	- (UDN)

Essa labilidade política representa o impacto das tradições local sobre a estrutura importa por lei as facções municipais. Inicialmente, sua aparência era de fator de desorganização da unidade partidista nacional planejada pela lei eleitoral.

4. A DISTRIBUIÇÃO DAS FORÇAS

Dentro desse quadro, as forças políticas de distribui por quinze partidos, em 1945, mas a quase totalidade do eleitorado mineiro se fixou em quatro deles: PSD, UDN, PR e PTB, da forma seguinte:

	1945-7	1950	1954
Federal	94,0%	93,0%	94,4%
Estadual	89,5%	83,4%	91,7%
Municipal.....	87,4%	87,1%	88,4%

Houve variação na posição dos partidos nas sucessivas eleições, de modo que é necessário discriminá-los.

SITUAÇÃO DE CADA PARTIDO

Ano	Federal	Estadual	Municipal
PSD			
45-47	46,4	44,4	37,9
1950	39,0	28,8	35,6
1954	44,8	40,0	39,0
UDN			
45-47	22,0	20,3	29,2
1950	29,6	28,0	31,2
1954	25,0	16,7	19,4
PR			
45-47	18,5	16,2	15,4
1950	11,3	12,6	9,6
1954	12,3	18,2	10,0
PTB			
45-47	7,1	8,6	4,9
1950	13,1	13,0	10,7
1954	12,3	14,4	10,0

PSD. Revelam um esforço para manter a situação alcançada em 1945, conseguindo ultrapassá-la apenas nas eleições municipais de 1954.

UDN. A base deste partido era a eleição municipal, tendo ficado muito próximo do PSD, em 1950. Em 1954, orientou-se no sentido de fortalecer-se na votação federal, com o que sacrificou as demais esferas de votação.

PR. Manifestou ligeiro declínio percentual nas esferas federal e municipal, por ter manobrado para lograr posição de maior relevo na esfera estadual, o que alcançou, ultrapassando a UDN.

PTB. Progrediu sensivelmente de eleição para eleição, recuperando a posição nas eleições municipais. Também atuou mais na esfera estadual, aumentando a sua votação.

5. CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DOS PARTIDOS PRINCIPAIS

Não é possível classificar os partidos segundo os eleitores, porque nenhum deles dispõe de fichários individuais capazes de fornecer os dados convenientes. Até agora, o elemento seguro disponível é o registro dos diretórios municipais, obrigatório por lei, no qual se enumeram as profissões dos respectivos membros.

Partindo do exame dessas informações, que abrangiam, a época, 27806 nomes, conseguimos classificar as chefias políticas de Minas segundo as atividades econômicas dos respectivos titulares. Para bem compreender a estrutura ocupacional das chefias partidistas e, por elas, apurar certas tendências das atividades dos partidos em sua expansão pelo Estado de Minas Gerais, é oportuno conhecer, em primeiro lugar, a estrutura correspondente da população trabalhadora.

O recenseamento de 1950 informa que, de um total aproximado de 2.390.000 pessoas, acima de 10 anos empregadas nas

atividades econômicas, é a seguinte a distribuição proporcional, por categorias de atividades exercidas.

Agricultura e pecuária	67,6%
Comércio, transportes e comunicações	7,0%
Indústria de transformação.....	9,0%
Indústria extrativa	2,0%
Profissões liberais	0,4%
Outras atividades.....	14,4%

Outro dado complementar é fornecido pela distribuição geográfica da população:

1.102 cidades de vilas	2.391.246 hab.	30%
Zona rural	5.610.608 hab.	70%

Tendo em vista esse quadro geral, a distribuição das chefias por categorias profissionais acusa os seguintes resultados:

Agricultura, pecuária	
PSD	43,5%
UDN.....	42,1%
PR.....	40,4%
PSP	28,5%
PTB	17,8%
PRP.....	15,8%
PCB	2,5%

Comércio, bancos	
PSP	32,1%
PSD	28,0%
UDN.....	28,0%
PR.....	28,0%
PTB	28,0%
PRP.....	28,0%
PCB	20,6%

Artesanado, pequenos ofícios	
PCB	58,6%
PTB	32,1%

PRP.....	22,3%
PSP.....	16,8%
PR.....	6,6%
PSD.....	5,1%
UDN.....	4,3%

As atividades econômicas predominantes entre os membros dos diretórios são as seguintes:

Agricultura, pecuária
Comércio, bancos

PSD.....	71,5%
UDN.....	70,6%
PR.....	68,7%
PSP.....	60,6%
PTB.....	46,6%
PRP.....	43,8%
PCB.....	23,1%

Agricultura, pecuária, Comércio, bancos
Profissionais liberais

PSD.....	81,8%
UDN.....	80,2%
PR.....	78,0%
PSP.....	67,5%
PRP.....	60,1%
PTB.....	51,6%
PCB.....	33,4%

Artesanato, pequenos ofícios
Comércio, bancos

PCB.....	79,2%
PTB.....	60,9%
PRP.....	50,3%
PSP.....	50,3%
PSP.....	48,9%
PR.....	34,9%
PSD.....	34,9%
UDN.....	32,7%

Os dados enumerados permitem classificar o PSD, UDN e PR como partido de centro, conservadores, chefiados por fazendeiros e comerciantes, na proporção de 70%. São partidos de base rural.

O PCB e o PTB são partidos urbanos, orientando segundo a experiência citadina de chefes provenientes do artesanato e do comércio das cidades e vilas, na proporção de 79% e 60% respectivamente.

6 OS PARTIDOS DO CENTRO EM MINAS E NO BRASIL

No âmbito nacional, os três grandes partidos de centro estão declinados de forças, e de eleição para eleição.

1945	69,92%
1950	61,04%
1955	57,90%

A queda apresenta sugestiva correlação com a diminuição com a população rural, que passou de 68,7% em 1940, para 62,84% em 1950.

Em Minas, nota-se o mesmo declínio de força, sendo mais sensível nas eleições municipais do que em outros níveis.

1947	82,5%
1954	73,0% (inclusive coligações)

A correlação entre o decréscimo e a diminuição da população rural parece demonstrável:

	Partidos	População Rural
1940		75%
1947	82,5%	
1950		70%
1954	73,0%	

O ritmo da urbanização de Minas é mais lento do que a média geral apurada para o país e, da mesma forma, declínio mais de vagar os partidos de centro, de caráter conservador, cuja força eleitoral repousa em fazendeiros e comerciantes.

7. DESARTICULAÇÃO DAS OLIGARQUIAS

Ate aqui, examinamos o comportamento dos grupos políticos preexistentes em face da nova estrutura legal dos partidos, proposta em 1945 sustentada desde então. A linha racional de organização, coroada por um diretório nacional, sofreu um impacto da intensa vida política local, que abalou o esquema sugerido pela lei. Os partidos nacionais iniciaram as atividades sacudidos pela infidelidade do homem do interior e a rigidez e a uniformidade da estrutura, bandeando de legenda com relativa facilidade. Obrigados a situarem-se no panorama nacional e utilizando prudentemente o sistema de representação proporcional, grupos homogêneos economicamente fracionaram-se entre varias organizações, para acolher e perpetuar divergências de ordem pessoal, que acabaram sendo orientação de partidos diferentes.

Da conjunção dessas duas influencias – uma sociológica, a estrutura social e política existente; outra legal, a obrigatoriedade da representação proporcional e exigência de partidos nacionais – resultou um período inicial de aparente desordem. Os quadros dirigentes tradicionais se adaptam lentamente aos moldes legais, lesando-os aqui e acolá, em natural reação diante da novidade de suas propostas.

Vamos agora tentar a análise da influencia da lei sobre a realidade sociológica, cujos feitos são verificados, mas cujos resultados, a longo prazo são imprevisíveis, porque a organização do eleitorado não é problema jurídico e instável, mas difícil problema político e social, podendo ser considerado como a resultante constitucional do estado da forças sociais existentes no país, em dado momento.

O exame de cerca de 2.500 eleições realizadas nos municípios mineiros, de 1945 a 1954 revela a existência de algumas regularidades, que confirmam, a positiva influencia da legislação eleitoral sobre a estrutura sociológica pré-existente.

A mais expressivas dessas regularidades poderia ser denominada “lei de concentração de legendas nas eleições municipais”. A regra tem sido dispersar-se a votação nas eleições federais estaduais e concentrar-se nas eleições locais.

Um exemplo típico dirá melhor.

GUAPÊ - NÚMERO DE LEGENDAS VOTADAS

Ano	Municipal	Federal	Estadual
45-47	1	5	6
1950	2	5	9
1954	3	4	7

Levantado o quadro do número de legendas votadas em cada município nas eleições de 1947-49 e 1954, encontram-se os seguintes totais percentuais:

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Nº de legendas nas Câmaras	1947-49	1954
1	13%	8%
2	71%	50%
3 ou mais	16%	42%

Estes dados demonstram que o sistema tradicional das duas facções rivais, concentradas em torno de grandes famílias, esta sofrendo impacto da lei e começando a desorganizar-se. A concentração em torno de duas legendas era nítida em 1947-1949, em 71% dos municípios. Já baixou para a metade, em 1954.

Nos municípios novos, a evolução é característica. A emancipação de um distrito trazia, como consequência, ou a unificação

inicial do eleitorado em torno das autoridades que promoveram o conhecimento de sua capacidade para administração autônoma ou o prosseguimento da luta do antigo município. Mesmo nesses casos, a precisa evolução do bloco monolítico para o bipartidismo e deste para a multiplicidade de legendas na Câmara Municipal.

MUNICÍPIOS CRIADOS EM 1948

Nº de legendas nas Câmaras	1947-49	1954
1	36%	11%
2	59%	59%
3 ou mais	5%	30%

Mais característico ainda da influencia estudada é que os municípios criados em 1953 já se libertaram da unanimidade inicial logo nas primeira eleições, como se verá a seguir.

Nº de legendas nas Câmaras	Municípios de 1948 1ª Eleições	Municípios de 1953 1ª Eleições
1	36%	14,5%
2	59%	63,0%
3 ou mais	5%	22,5%

Todos esses fatos, parecem indicar que a estrutura rural conservadora associada aos partidos de centro em Minas está começando a estalar. A crise decorrerá da conjunção de influencias legais e sociológicas.

De uma lado, a população de Minas concentra-se cada vez mais em atividades urbanas. Em 1940, havia 82% de pessoas ocupadas em agricultura e pecuária, dentre os habitantes maiores de 10 anos, economicamente ativos. Em 1950, a mesma categoria baixa para 67%. As atividades urbanas estão conduzindo o eleitorado mineiro a afastar-se dos partidos centristas, que não se preparam para acompanhar o fato demográfico. E curioso verificar que os dirigentes estatais tendem para programas de realizações que induzem ao crescimento urbano e industrial, enquanto dirigentes partidistas

não se movem na mesma direção. O planejamento governamental não é acompanhado pela reforma da estrutura partidista, o que deixa aos partidos urbanos campo aberto a ação.

De outro lado a adoção do processo eleitoral de representação proporcional acelera o movimento para a multiplicidade de partidos. Minoria de pouca monta conseguem eleger um vereador, o que permite aos eleitores urbanos, cada vez mais esclarecidos, reagir contra o domínio das facções tradicionais e votar segundo uma disciplina partidista que escapa ao controle de grandes chefes locais. É a influencia dos partido nacionais e da representação proporcional que esta alterando os quadros tradicionais.

Em Minas, verificamos que a entrada de uma terceira legenda nas câmaras municipais foi provocada por instruções da direção nacional do PTB, ordenando que a votação petebista deveria ser a mesma nos três níveis – federal, estadual e municipal. Daí ocorreu que o PTB, que abandonara a legenda nas eleições municipais em favor de coligações de todo gênero, em 1947, passou a figurar em mais de 79 municípios, em 1950, na esfera municipal, disciplinando a uniformidade de sua votação.

Ano	Municipal	Federal	Estadual
1945-47	7,1%	8,6%	4,9%
1950	13,1%	13,0%	10,0%
1954	12,3%	14,4%	10,0%

A representação proporcional, como sistema eleitoral, tende a estabelecer a multiplicidade de partidos representa, num momento uma técnica de libertação do eleitorado mais humilde do interior, sobretudo do artesanato das cidades e vilas. Sendo principio constitucional registrado no artigo 134 da Constituição Federal, é de supor que o processo por ela desencadeado não sofrerá interrupções por parte da lei.

8. CONCLUSÕES: PERSPECTIVAS DO FUTURO PRÓXIMO

Cremos que se pode caracterizar nitidamente a tendência do eleitorado, quer em Minas, quer no Brasil, para afastar-se dos grandes partidos de centro, considerando como tais PSD, UDN e PR. Segundo as pesquisas anteriormente resumidas, esses partidos concentram nas direções fazendeiros e comerciantes na proporção de 70% dos respectivos chefes municipais. Nas Câmaras Municipais de Minas, 72% dos vereadores são de tais profissões; nas prefeituras, 52% dos prefeitos.

São partidos que no âmbito nacional, repousam em elementos conservadores e tem por base de sua força o eleitorado rural. A votação nacional dessas agremiações declinou de 70% para 58% e, em Minas, baixou de 82% para 73%.

O declínio do eleitorado dos partidos de centro parece correlacionar-se com o fenômeno da urbanização e industrialização acelerada do Brasil, nos últimos tempos. De 1940 a 1954, quase 10% da população brasileira vieram do campo para a cidade. Dados seguros permitem afirmar que a população rural, em dez anos, cresceu 18%, enquanto a população urbana aumentou de 49% do mesmo período. Além disso, a migração interna se dirige para os centros urbanos médios e grandes e, como acentua um especialista, por mais rápido que seja o surto industrial, não consegue absorver semelhante massa humana, composta de gente mal preparada para o trabalho nas fábricas e usinas.

O fenômeno, a nosso ver, repercute diretamente na estrutura partidista nacional. Os partidos de centro se desfalcam de eleitores seus, que vem de zonas rurais e pequenas cidades para os centros médios e grandes. As pesquisas do sociólogo Aziz Simão, da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, sobre o voto operário em São Paulo, parece sugerir que tais elementos, ainda não limados pelo atrito da vida urbana industrial, votam PTB, enquanto não se

adaptam à nova sociedade. Assentada a sua posição na estrutura da empresa industrial, votam comunista.

9. REFORMA DE BASE DOS PARTIDOS CENTRISTAS

Os partidos de burguesia e conservadores estão perdendo terreno de eleição para eleição, porque não se organizam para acompanhar a evolução urbana e industrial do país. Estamos hoje com a mesma estrutura ocupacional dos Estados Unidos de 1950 e, já nessa época, o partido democrático americano se constituía de uma aliança surpreendente entre os operários progressistas do norte e os agricultores conservadores do sul. Tal “casamento de conveniência” foi arranjado por Jefferson, em 1792, e vimos como funcionou satisfatoriamente até Roosevelt, nos nossos dias. Da mesma forma, o partido republicano se formou da coalizão do leste industrial com o oeste agrícola.

Não há razões que impeçam um partido de fazendeiros e operários de funcionar bem no Brasil, procurando adaptar a estrutura partidista à realidade social da urbanização e da industrialização.

Com uma corajosa reforma de base, os partidos centristas do Brasil, que ainda acolhem sob suas bandeiras a maioria do eleitorado nacional, realizaram obra de disciplina social que afastaria, por muito tempo, os riscos de uma nova divisão de partidos segundo as classes que se filiam os eleitores. No Brasil, como em Minas, a perspectiva que se abre é a de oposição entre as classe urbanas e rurais, segundo o velho esquema que vem presidindo a vida nacional desde os tempos imperiais. É o tempo de equacionar de novo o problema de preparar a vida pública brasileira para rumos diferentes, superando os quadros espirituais do século XIX, que nos guiam ainda hoje.